



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

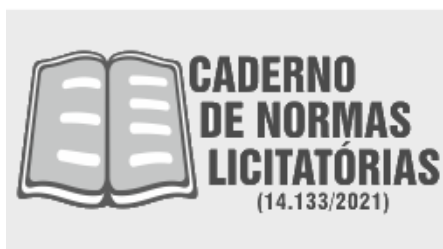
EDITAL DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE LONDRINA (UASG: 987667)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE/SMGP-0083/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PAL/SMGP-0082/2024

PROCESSO SEI Nº [19.008.051639/2024-97](#)



CADERNO DE NORMAS LICITATÓRIAS

1. INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO

- 1.1. Objeto: Aquisição cadeira de rodas de transporte dobráveis para o SAMU, Aquisição de macas retráteis para as unidades do SAMU E Aquisição de Cassetes de Radiografia Digital, compatível com a reveladora CR-30X das UPAs e Pronto Atendimento Infantil.
- 1.2. Valor total estimado da contratação: R\$ 190.274,02 (cento e noventa mil duzentos e setenta e quatro reais e dois centavos);
 - 1.2.1. Especificação, quantidade e valor unitário/por lote: **[82/2024](#)**
- 1.3. Órgãos contemplados: **Fundo Municipal de Saúde (FMS) ([SSM 0016/2024](#))**
- 1.4. Data do certame e horário de início da sessão: **02/05/2024 às 13h**
- 1.5. Prazo para solicitar [esclarecimento e impugnar](#) o edital: 26/04/2024 às 23h59min.
- 1.6. Responsáveis pelo certame: **PREGOEIRO: Celso Guaita - EQUIPE DE APOIO: Gustavo de Oliveira Maier e Márcia Regina Alves de Souza**
 - 1.6.1. Contato: (43) 3372-4395 (das 12h00 às 18h00)
- 1.7. Forma da seleção: [eletrônica](#)
- 1.8. Local do certame: Através do Portal de Compras do Governo Federal
- 1.9. Sessão pública eletrônica: <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 1.10. No caso de certames presenciais ou por videoconferência, as sessões públicas são transmitidas ao vivo pelo YOUTUBE - CANAL LICITAÇÕES PREFEITURA LONDRINA
- 1.11. Rito da seleção: **Pregão Eletrônico**

- 1.12. Critério de julgamento: [Menor Preço](#)
- 1.12.1. Ponderação de Técnica e Preço: **NÃO**
- 1.13. Modo de disputa: [Aberto na Forma Eletrônica](#)
- 1.13.1. Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,01 (um centavo) em relação ao melhor lance ou proposta.
- 1.13.2. Para fins de julgamento, serão considerados preços unitários com até 0 2 (DUAS) casas decimais, sendo descartadas as casas decimais excedentes, procedendo-se ao devido ajuste no preço global.
- 1.14. Ordem das etapas: [Rito Procedimental Comum](#)
- 1.15. Este certame será sob o Sistema de Registro de Preços? **NÃO**
- 1.16. [Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE](#) **SIM**
- 1.16.1. Lotes Exclusivos para ME/EEP: **Não**
- "Geral": Não é item exclusivo para MPE, mas tem os benefícios de desempate ficto, prazo para regularidade fiscal e direito de preferência.
- 1.16.2. Desempate Ficto: **Sim**
- 1.16.3. Regularização Tardia: **Sim**
- 1.16.4. Direito de Preferência: **Não**
- 1.17. Caso haja lotes exclusivos para MPEs, para se beneficiar da condição de MPE, o licitante deve obrigatoriamente se declarar como tal
- 1.18. Caso haja benefício de MPE para cada item do objeto, os lotes estarão especificados no Anexo I - Especificações técnicas.
- 1.19. Caso haja [apresentação de amostras](#) as condições estarão descritas nas especificações do objeto - Anexo I deste Edital.
- 1.20. Será necessário comprovar a existência de [programa de integridade](#) em até 6 (seis) meses, contados da assinatura do contrato: **Não**

2. **PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME**

- 2.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- 2.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Londrina ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, a comprovação será realizada em sessão pública mediante a consulta aos seguintes cadastros;
- 2.2.1. Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR (<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/licitacoes-municipais-impedidos-de-licitar/54/area/250>)
- 2.2.2. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
- 2.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 2.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), desde que não estejam concorrendo entre si; e
- 2.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.7. Empresas reunidas em [consórcios](#) poderão participar desta licitação: **SIM**

2.7.1. O limite de empresas reunidas em [consórcios](#) é de: **NÃO SE APLICA**

2.8. Clique neste link: [análise das condições de participação](#), para saber, em detalhes as regras da análise das condições de participação.

3. DECLARAÇÕES

3.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.

3.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;

3.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Londrina;

3.1.3. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

3.1.4. A proposta foi elaborada de forma independente e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço;

3.1.5. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

3.1.6. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

3.1.7. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e

3.1.8. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

4. PROPOSTA

4.1. A proposta poderá ser preenchida conforme modelo do Anexo II deste Edital, caso seja utilizado outro modelo deverá constar:

4.1.1. Valor unitário e total do item, conforme estabelecido no edital;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Modelo;

4.2. Deverá ser apresentado documentos junto com a proposta? **Não**

4.3. Será exigida a prestação de [garantia de proposta](#)? **Não**

4.4. Julgamento pelo ciclo de vida: **Não**

4.4.1. Caso haja, as regras do julgamento pelo ciclo de vida estão no Anexo I - Especificações.

4.5. Critério de inovação ou de desenvolvimento nacional sustentável: **Não**

4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

5.1. **No caso de certames eletrônicos, o credenciamento é feito pelo Compras.gov, não sendo necessário a apresentação dos documentos de credenciamento.**

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Para a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista será realizada consulta às informações disponíveis no SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:

- 6.1.1. Contrato social ou instrumento equivalente;
- 6.1.2. Regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>);
- 6.1.3. Regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;
- 6.1.4. Regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;
- 6.1.5. Regularidade perante a fazenda municipal de Londrina/PR (<https://portal.londrina.pr.gov.br/certidoes-servicos-online/certidao-negativa-unificada-e-certidao-positiva-de-debitos-com-efeito-de-negativa>);
- 6.1.6. Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>); e
- 6.1.7. Regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

6.2. Documentos específicos:

- 6.2.1. Junto com a habilitação deverão ser apresentados os documentos:
- 6.2.2. Licença Sanitária da empresa licitante, devidamente atualizada pelo órgão sanitário local (Vigilância Sanitária) competente, autorizando exercer atividades de comercialização e/ou fabricação de Produtos, objeto deste certame, conforme Art. 21 da Lei nº 5.991 de 17 de Dezembro de 1973;
- 6.2.3. Autorização de funcionamento da empresa licitante expedida pelo órgão competente (ANVISA) autorizando exercer atividades de comercialização ou fabricação, conforme Art. 50 da Lei 6.360 de 23 de Setembro de 1976;
- 6.2.4. Cópia ATUALIZADA do Registro/notificação do Produto junto ao Ministério da Saúde ou Solicitação de Revalidação dentro do prazo previsto em Lei ou ainda Certificado de Isenção de Registro, se for o caso. O Número de Registro do Produto no Ministério da Saúde deverá corresponder àquele concedido pelo Ministério da Saúde para a embalagem cotada. Não serão aceitos números de protocolos de registro; somente serão aceitos números de protocolos de revalidação de registro, Art. 12 da Lei 6.360 de 23 de Setembro de 1976.
- 6.2.5. Os documentos solicitados acima deverão ser apresentados em conformidade com o objeto proposto pela licitante. Caso não haja tal determinação, pelo órgão competente, deverá a empresa motivar essa ausência com fundamentos legais e pertinentes à matéria e/ou objeto.

6.3. A participação de empresas na forma de consórcio deverá atender ao disposto no art. 15 da Lei 14.133/2021, devendo apresentar os seguintes documentos:

- 6.3.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - a) composição do consórcio;
 - b) objeto do consórcio;
- 6.3.1.1. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração. A empresa-líder do consórcio deverá atender às seguintes condições de liderança:
 - I - no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II do artigo 15 da Lei 14.133/2021;
 - II - a empresa líder deve deter a maior participação no consórcio;
 - III - responsabilizar-se por todas as comunicações e informações do consórcio perante o Município de Londrina;
 - IV - responsabilizar-se pelo contrato a ser firmado com o Município, sob os aspectos técnicos e administrativos, com poderes expressos inclusive para

transferir, requerer, receber e dar quitação, tanto para fins da licitação, quanto na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade de cada uma das consorciadas;

V - ter poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente pelo consórcio;

VI - ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases desta licitação, podendo inclusive interpor e desistir de recursos, assinar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução de seu objeto até a sua conclusão.

6.3.2. Compromisso e obrigações das empresas consorciadas, dentre os quais o de que cada uma delas responderá, individual e solidariamente, por suas obrigações de ordem fiscal e administrativa, até a conclusão dos serviços que vierem a serem contratados com o consórcio;

6.3.3. Compromisso expresso de responsabilidade solidária, ativa e passiva, de todas as consorciadas, pelos atos praticados sob o consórcio na presente licitação e obrigações dela decorrentes;

6.3.4. Compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência do Contratante, até a conclusão dos serviços que vierem a serem contratados;

6.3.5. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente da de seus consorciados;

6.3.6. Compromisso e obrigações de cada um dos consorciados individualmente, em relação ao objeto deste certame.

6.3.7. Subscrição de todas as empresas integrantes do consórcio;

6.3.8. Compromisso, e respectiva divisão do escopo, no fornecimento de cada uma das consorciadas, individualmente, do objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao faturamento dos serviços licitados;

6.3.9. O prazo de duração do consórcio, que deverá coincidir, no mínimo, com o prazo do Termo de Contrato a ser firmado entre as partes.

6.3.10. Se a licitação for vencida por consórcio de empresas, na data de assinatura do contrato, deverá ser apresentado o ato constitutivo do consórcio devidamente registrado em cartório.

6.3.11. Para efeito de qualificação técnica do consórcio, admitir-se-á o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

6.3.12. Para fins de qualificação econômico-financeira, será aceito o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

6.3.13. Caso seja declarado vencedor, o consórcio deverá informar se os atos posteriores à contratação serão realizados por meio do CNPJ do consórcio (nota de empenho, nota fiscal e demais atos), ou se haverá a nomeação da empresa líder, com a devida anuência das demais empresas consorciadas;

6.3.14. O contrato será celebrado no CNPJ do consórcio e de todas as empresas que o constituem;

6.3.15. Todos os atos posteriores à contratação serão realizados por meio do CNPJ do consórcio ou da empresa líder (nota de empenho, nota fiscal e demais atos), com a observância do item anterior.

6.3.16. O licitante vencedor fica obrigado a promover, no prazo de 10 (dez) dias úteis da comunicação formal de Homologação do Certame, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso apresentado;

6.3.17. A empresa consorciada está impedida de participar nesta licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

6.3.18. Para os consórcios haverá o acréscimo sobre o valor exigido de licitante individual para o capital social ou patrimônio líquido de: 20% (vinte por cento).

6.4. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos

portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

7. EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO PROPONENTE, PODERÁ SER SANCIONADO

7.1. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link "[Processo Sancionatório](#)"

7.2. As fraudes ou irregularidades se configuram sempre que houver tentativa de frustração do caráter competitivo e da impessoalidade nas licitações, nos termos dispostos no Capítulo IV do [Decreto Municipal 007/2019](#).

7.3. Comete infração administrativa, o licitante que:

	INFRAÇÃO COMETIDA	POSSÍVEL PENALIDADE
I -	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Advertência por faltas lev
		Multa: de 5% (cinco por c o valor total da proposta
		Impedimento de licitar o com o Município de Londr
II -	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa: de 2% (dois por c o valor total da proposta
		Impedimento de licitar o com o Município de Londr
III -	não possua condições para emissão de Certidão Negativa de Débitos/Positiva com Efeitos de Negativa exigida no Edital	Multa: de 2% (dois por c o valor total da proposta
IV -	deixe de enviar amostras para análise, exigidas neste Edital, quando convocada	Multa: de 5% (cinco por c o valor do lote corresponc
V -	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Multa: de 10% (dez por c o valor da sua proposta
		Declaração de Inidonei licitar ou contratar com entes federativos
VI -	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Multa: de 10% (dez por c o valor da sua proposta
VII -	Fraudar a seleção do fornecedor	Multa: de 10% (dez por c o valor da sua proposta
		Declaração de Inidonei licitar ou contratar com entes federativos

VIII -	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Multa: de 10% (dez por cento) do valor da sua proposta
		Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com o Poderes federativos
IX -	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Multa: de 10% (dez por cento) do valor da sua proposta
		Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com o Poderes federativos
X -	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Multa: de 10% (dez por cento) do valor da sua proposta
		Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com o Poderes federativos
XI -	participar de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente	Multa: de 10% (dez por cento) do valor da sua proposta
XII -	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa: de 10% (dez por cento) do valor da sua proposta
		Impedimento de licitar o com o Município de Londrina
XIII -	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar o com o Município de Londrina

7.4. Havendo ou não a apresentação de defesa prévia pela licitante dentro do prazo estabelecido, será aberto prazo para a apresentação de alegações finais, o qual será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação pela licitante.

7.5. Após o recebimento das alegações finais, a decisão administrativa será proferida em até 10 (dez) dias úteis pelo Pregoeiro ou pelo agente de contratação e comissão de contratação.

7.6. Não sendo pagas as multas no prazo previsto no item anterior, haverá a incidência de juros de mora, nos termos estabelecidos no artigo 406 da Lei 10.406/02 - Código Civil.

7.7. Se, durante o processo licitatório, houver constatação de tentativa de frustração do caráter competitivo ou de uma irregularidade robusta e formal da licitante, ou ainda a verificação de indícios de fraude ou irregularidade, previstos nos Arts. 17 à 19, do Decreto Municipal nº 7/2019, tais condutas deverão ser verificadas através de abertura de processo investigativo para apuração de fraude ou conduta irregular praticada pela licitante.

7.7.1. Se, após apuração, ocorrer a constatação de prática pela licitante de qualquer das infrações administrativas previstas neste Edital, será instaurado processo administrativo de penalidade que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 14.133/2021

7.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos deste Edital.

8. INFORMAÇÕES GERAIS

- 8.1. [Definições](#)
- 8.2. [Condições de Julgamento de Propostas e Habilitação](#)
- 8.3. [Critérios de Desempate](#)
- 8.4. [Negociação](#)
- 8.5. [Recursos e Contrarrazões](#)
- 8.6. [Adjudicação e Homologação](#)
- 8.7. [Disposições Gerais](#)
- 8.8. Nossos canais de atendimento, inclusive para resolver problemas relacionados à videoconferência: **licita@londrina.pr.gov.br** / (43) 3372-4395 (das 12h00 às 18h00).
- 8.9. Onde estamos: Avenida Duque de Caxias, nº 635 - Térreo, Jardim Mazzei II, Londrina/PR, CEP nº 86015-901.
 - 8.9.1. [PORTARIA N.º 14/2023](#)
 - 8.9.2. Normas: [Lei 14.133/2021](#), [Decreto Municipal 1.462/2022](#) e [Lei Municipal 13.618/2023](#).
 - 8.9.3. Legislação especial: **Sim**
 - I - Lei nº 5.991 de 17 de Dezembro de 1973 que Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos;
 - II - Lei 6.360 de 23 de Setembro de 1976 que Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos;
 - III - Lei nº.10.406/02 que Institui o Código Civil;
 - IV - Lei nº.8.078/90 que Dispõe sobre a proteção do consumidor.
- 8.10. Aprovação jurídica: **[Despacho Terminativo n.º 832/2024](#)**
- 8.11. Veículos de publicação:
 - a) PNCP;
 - b) Site de Londrina;
 - c) Comprasnet;
 - d) Diário Oficial de Londrina;
 - e) Diário Oficial da União, seção 3; e
 - f) Diário Oficial do Estado.

ANEXOS

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1. **DEFINIÇÃO DO OBJETO**
 - 1.1. Aquisição cadeira de rodas de transporte dobráveis para o SAMU, Aquisição de macas retráteis para as unidades do SAMU E Aquisição de Cassetes de Radiografia Digital, compatível com a reveladora CR-30X das UPAs e Pronto Atendimento Infantil.
2. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
 - 2.1. Descrição detalhada do objeto: PAL **[82/2024](#)**
 - 2.2. Prazo de entrega ou de execução do objeto: até 30 dias após o recebimento da Nota de Empenho.

2.3. Local de entrega ou execução: Gerência de Serviço de Apoio - Patrimônio, situado na Rua Amapá, 700, CEP 86026-440 - Londrina PR. Horário de entrega: Segunda à sexta-feira, no horário entre 08h00 e 14h00. Agendar com 7 dias de antecedência pelo telefone (43) 3372- 9498 - Londrina PR.

2.4. Garantia exigida do objeto:

a) Garantia para os produtos contra qualquer tipo de defeito de fabricação ou qualquer outro tipo de alteração que venha a sofrer durante seu uso no período de 90 (noventa) dias contados a partir da data da entrega, conforme prevê o artigo 26, item II do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990), ou a estabelecida pelo fabricante, prevalecendo o maior prazo.

b) O acionamento da garantia será efetuado por servidor municipal. O fornecedor deve prestar garantia do item, responsabilizando-se por entregá-lo em perfeito estado de conservação e em condições imediatas de funcionamento.

c) A garantia acima citada, por conta do fornecedor, não se confunde com a garantia concedida pelo fabricante, não podendo uma ser substituída pela outra. A garantia deve abranger todo e qualquer defeito de fabricação, quer por falha de funcionamento ou montagem incorreta.

d) Correrão por parte do fornecedor todas as despesas com mão de obra relacionada à substituição do item ou seus componentes com defeito de fabricação dentro do prazo de garantia. A garantia inclui a substituição do item ou de seu componente defeituoso no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos a contar da comunicação do fato, sem que isto implique em quaisquer ônus para o Município. Caso ocorra a necessidade de substituição do item ou de seu componente, este deve ser idêntico com as especificações descritas neste formulário de demanda ou modelo superior ao licitado, novo e sem uso. Sem prejuízo das demais cominações legais, o fornecedor está sujeito à responsabilidade decorrente do Código Civil Brasileiro (Lei nº.10.406/02), e àquela prevista no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078/90).

e) assistência técnica deverá ser ofertada durante a garantia do objeto, com acionamento por telefone ou e-mail, com prazo de até 3 (três) dias para que a empresa retire o objeto e, até 7 (sete) dias, para execução do serviço e sua respectiva entrega, após a notificação.

2.5. Condições de assistência técnica: **CADEIRA DE RODAS DOBRÁVEL E MACA RETRÁTIL:** assistência técnica deverá ser ofertada durante a garantia do objeto, com acionamento por telefone ou e-mail, com prazo de até 3 (três) dias para que a empresa retire o objeto e, até 7 (sete) dias, para execução do serviço e sua respectiva entrega, após a notificação.

3. **CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

3.1. Junto com a habilitação deverão ser apresentados os documentos:

3.2. Licença Sanitária da empresa licitante, devidamente atualizada pelo órgão sanitário local (Vigilância Sanitária) competente, autorizando exercer atividades de comercialização e/ou fabricação de Produtos, objeto deste certame, conforme Art. 21 da Lei nº 5.991 de 17 de Dezembro de 1973;

3.3. Autorização de funcionamento da empresa licitante expedida pelo órgão competente (ANVISA) autorizando exercer atividades de comercialização ou fabricação, conforme Art. 50 da Lei 6.360 de 23 de Setembro de 1976;

3.4. Cópia ATUALIZADA do Registro/notificação do Produto junto ao Ministério da Saúde ou Solicitação de Revalidação dentro do prazo previsto em Lei ou ainda Certificado de Isenção de Registro, se for o caso. O Número de Registro do Produto no Ministério da Saúde deverá corresponder àquele concedido pelo Ministério da Saúde para a embalagem cotada. Não serão aceitos números de protocolos de registro; somente serão aceitos números de protocolos de revalidação de registro, Art. 12 da Lei 6.360 de 23 de Setembro de 1976.

3.5. Os documentos solicitados acima deverão ser apresentados em conformidade com o objeto proposto pela licitante. Caso não haja tal determinação, pelo órgão competente, deverá a empresa motivar essa ausência com fundamentos legais e pertinentes à matéria e/ou objeto.

4. **AVALIAÇÃO DA AMOSTRA (FOLDER/PROSPECTO)**

- 4.1. Amostra devidamente identificada, com o nome do fornecedor, especificação do item, número do lote relacionado no edital e nº do processo licitatório.
- 4.2. A empresa que efetuar a proposta mas não enviar a amostra até o prazo estipulado, bem como a empresa que tiver sua amostra reprovada, terá sua proposta desclassificada.
- 4.3. Não serão aceitas amostras de forma diversa da exigida neste Termo, ficando o licitante, que assim o proceder, desclassificado da licitação.
- 4.4. As amostras serão avaliadas pela equipe técnica da Autarquia Municipal de Saúde, onde será verificado o atendimento integral do item apresentado ao descritivo exigido pelo processo licitatório.
- 4.5. Os resultados obtidos nestes testes e a verificação técnica das amostras serão apresentadas em forma de parecer técnico, através de documento SEI - Licitação: Análise de Amostras, elaborado pela Equipe Técnica da AMS.
- 4.6. O Parecer poderá ser emitido em até 05 (três) dias úteis após a apresentação da amostra.
- 4.7. Quando das avaliações qualitativas das amostras entregues pelos fornecedores vencedores em seu respectivo lote, utilizar-se-ão, os seguintes parâmetros:
- 4.8. **APROVADO:** Para ser aprovada, as amostras devem atender todos os requisitos, a saber:
- 4.9. Atender as especificações constantes do edital;
- 4.10. Atender a legislação vigente, em especial aquelas exigidas no item 6, quando aplicável.
- 4.11. **REPROVADO:** Para ser reprovada, a Equipe Técnica da AMS considerar-se-á o não atendimento de quaisquer um dos requisitos exigidos, como:
- 4.12. Não atendimento as especificações constantes no edital, sendo reprovado em uma das análises **quanto ao tamanho ou dimensões, material ou composição e compatibilidade, quando for o caso**, assim como outras especificações de cada item.
- 4.13. A amostra do produto deverá ser enviada para os e-mails: **licita@londrina.pr.gov.br** e **dues@saude.londrina.pr.gov.br**, unidade SEI: **AMS-DUES**.
- 4.14. O município disponibilizará a avaliação em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do documentos.
- 4.15. **Servidor(es) responsável(eis) para análise de amostra:** Cleiton José Santana, matrícula 14.233-6; CASSETES DE RX, item 27996. Izilda Aparecida dos Santos Frois, matrícula 12.969-0, samu192enfermagem@gmail.com, 3375 3533: CADEIRA DE RODAS E MACA.

5. **SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E APOIO AO PREGOEIRO**

- 5.1. Delfino Francelino de Mattos, matrícula 14.006-6 no horário entre 07:00 às 13h00, telefone (43)3374-3538, e-mail: dues@saude.londrina.pr.gov.br.

6. **CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO**

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA

ANEXO III - MODELOS SUGERIDOS DE DECLARAÇÃO E DE PROCURAÇÃO

MODELOS DE DECLARAÇÃO E PROCURAÇÃO

Referência: Processo nº 19.008.051639/2024-97

SEI nº 12623197



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Cavazotti e Silva, Secretário(a) Municipal de Gestão Pública**, em 09/04/2024, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12623197** e o código CRC **2B5B9DE3**.

Prefeitura do Município de Londrina

Sem licitação - Anexo 01

Processo 82/2024							
Nº Item		Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo Unitário	Preço Máximo Total	
Lote : 0001 Lote 001							
0001	52.8.41614	CADEIRA DE RODAS DOBRÁVEL	16,00	UN	1.196,43	19.142,88	
		- Dobrável, para armazenamento e transporte;					
		- Material da estrutura: Alumínio ou Duralumínio;					
		- Sistema para fixação na ambulância;					
		- Rodízios com tamanho mínimo de 3 polegadas nas rodas dianteiras e 5 polegadas nas rodas traseiras;					
		- Cinto de segurança com engate automotivo;					
		- Manetes/pegadores dianteiros e traseiros;					
		- Capacidade de carga: mínimo 130Kg.					
		CÓDIGO BR 0402586					
					PREÇO MÁXIMO DO LOTE :	19.142,88	
Lote : 0002 Lote 002							
0001	30.36.27996	CHASSIS DE CR P/ RX TAMANHO 35X 43 CM	4,00	UN	6.679,16	26.716,64	
		Chassis de CR p/ RX, Tamanho 35 X 43 Cm, mod. CRMD 4.0T General SET, marca AGFA HEALTHCARE compatível com o Digitalizador AGFA CR 30 X (Chassis + Plate)					
		CÓDIGO BR 391762					
					PREÇO MÁXIMO DO LOTE :	26.716,64	
Lote : 0003 Lote 003							
0001	52.38.22329	MACA RETRÁTIL ADAPTÁVEL A AMBULÂNCIAS FIAT DUCATO / PEUGEOT / RENAULT	50,00	UN	2.888,29	144.414,50	
		Maca retrátil adaptável a ambulâncias Fiat Ducato / Peugeot / Renault					
		Especificações:					
		- Estrutura em duro alumínio tubular leve, resistente e inoxidável;					
		- ajustável com 6 posições de altura para cabeceira;					
		- base totalmente em alumínio;					
		pernas retráteis que dobram ao embarque e armam automaticamente ao desembarque da viatura;					
		- sistema de segurança automático que impede a queda;					
		- pelo menos 03 cintos de segurança com sistema de engate rápido sendo 1 conjunto com 4 pontas;					
		- duas rodas fixas aéreas com 100 a 150 mm de diâmetro;					
		- quatro rodízios sendo pelo menos 2 com freio (100 a 150 mm de diâmetro);					
		- alça traseira;					
		- alças laterais basculantes com sistema de fechamento automático;					
		- dimensões: comprimento leito 1820 a 1860 mm; largura leito 450 a 490 mm; altura eixo aéreo 530 mm;					
		- colchonete revestido em material impermeável costurado eletronicamente com zíper na parte inferior permitindo a retirada da espuma. Dimensões do colchonete: 450 a 490 mm largura, 1830 a 1840 mm comprimento e 80 mm altura;					
		- capacidade de carga: maior ou igual a 160 Kg;					
		- as macas devem ser ajustáveis para o uso nas ambulâncias Renault/Peugeot/Fiat Ducato					
		CÓDIGO BR 402589					
					PREÇO MÁXIMO DO LOTE :	144.414,50	
					PREÇO MÁXIMO DA LICITAÇÃO :	190.274,02	



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

COMUNICADO AOS LICITANTES/INTERESSADOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE/SMGP-0083/2024 **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PAL 0082/2024** **PROCESSO SEI Nº [19.008.051639/2024-97](#)**

Considerando a PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE/SMGP-0083/2024, cujo objeto é Aquisição cadeira de rodas de transporte dobráveis para o SAMU, Aquisição de macas retráteis para as unidades do SAMU E Aquisição de Cassetes de Radiografia Digital, compatível com a reveladora CR-30X das UPAs e Pronto Atendimento Infantil, comunicamos que:

1. O descritivo dos itens e as unidades de medida do site Comprasnet, deverá obedecer ao **ANEXO [82/2024](#)**.
2. Pregão Eletrônico no COMPRASGOV 90083/2024.
3. Não há lotes exclusivos para ME/EPP.



Documento assinado eletronicamente por **Erick Takashi Takihara, Técnico(a) de Gestão Pública**, em 09/04/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12624741** e o código CRC **D49CF0AC**.

Referência: Processo nº 19.008.051639/2024-97

SEI nº 12624741